



O que é epistemicídio? Uma introdução ao conceito para a área da Ciência da Informação

What is epistemicide? A introduction to the concept for the field of Information Science

Robson de Andrade Gonçalves ^a 

Marcos L. Mucheroni ^{b,*} 

RESUMO: Epistemicídio é um conceito aberto porque está em processo de dialetização permanente. Inicialmente associado aos exercícios de poder e violência contra saberes chamados de subalternos ou abissais, o conceito expande-se e as extensões epistemicidas podem ser pesquisadas em diversas áreas do conhecimento, inclusive na Ciência da Informação. Deste modo, este artigo desenvolve uma reflexão epistemológica sobre o conceito de epistemicídio do ponto de vista crítico-teórico. Para tanto, é necessário compreender algumas bases teóricas descoloniais e o que dissertam sobre as instâncias de poder de informação e conhecimento. A questão central baseia-se nos dilemas de complexidade, nos limites de interpretação e na legitimação dos espaços de significação do pensamento diante da urgência do debate em contextos científicos. Como se trata de pesquisa exploratória e de base qualitativa, foram selecionadas referências da literatura geral sobre o tema e específica da Ciência da Informação. A análise desse referencial seguiu os procedimentos de revisão de literatura, e a problematização, utilizou o método hermenêutico-reflexivo para se chegar às posições teórico-epistemológicas sobre o conceito de epistemicídio. Os resultados indicam que o tema é discutido na literatura especializada da área. Na discussão foram identificados pontos de convergência com o processo dialético colonial de manutenção da cultura dominante por vias distintas, o que exige uma posição epistemologicamente crítica da Ciência da Informação. Conclui que é necessário exercer uma reflexão epistemológica sem desconsiderar posições em linhas de fronteiras ou mesmo contrárias. O artigo contribui para evidenciar o conceito de epistemicídio nos estudos de informação.

Palavras-chave: Epistemologia; Ciência da Informação; Epistemicídio; Crítica da Ciência; Conceitos.

ABSTRACT: Epistemicide is an open concept because it is in the process of permanent dialectization. Initially associated with the exercises of power and violence against knowledge called subaltern or abyssal, the concept expands and epistemicidal extensions can be researched in several areas of knowledge, including Information Science. Thus, this article develops an epistemological reflection on the concept of epistemicide from a critical-theoretical point of view. For that, it is necessary to understand some decolonial theoretical bases and what they talk about the instances of power of information and knowledge. The central question is based on the dilemmas of complexity, the limits of interpretation and the legitimization of spaces for the meaning of thought in the face of the urgency of debate in scientific contexts. As this is an exploratory and qualitative research, references from the general literature on the subject and specific from Information Science were selected. The analysis of this referential followed the procedures of literature review and problematization, used the hermeneutic-reflective method to arrive at the theoretical-epistemological positions on the concept of epistemicide. The results indicate that the topic is discussed at the specialized literature in the area. In the discussion, points of convergence were identified with the colonial dialectical process of maintaining the dominant culture in different ways, which requires an epistemologically critical position in Information Science. It concludes that it is necessary to exercise an epistemological reflection without disregarding positions on border lines or even opposites. The article contributes to highlight the concept of epistemicide in information studies.

^a Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

^b Departamento de Informação e Cultura, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

* Correspondência para/Correspondence to: Marcos L. Mucheroni. Endereço: Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo – Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 443, Cidade Universitária, CEP 05508-020, São Paulo, SP, Brasil. E-mail: mucheroni.marcosl@gmail.com.

Recebido em/Received: 04/06/2021; Aprovado em/Approved: 26/08/2021.

Artigo publicado em acesso aberto sob licença [CC BY 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) 

Keywords: Epistemology; Information Science; Epistemicide; Criticism of Science; Concepts.

INTRODUÇÃO

A vertente crítica da epistemologia questiona a origem das fontes de estudo, dos pares que publicam e em quais teorias se fundamentam (Saldanha 2018). Esse debate ultrapassa o limite da formalidade científica na sua comunicação, nos seus propósitos e desafios de conceituação. O que está em questão, portanto, é o contexto social de origem das fontes de pesquisa e uma epistemologia que emerge e que tem se legitimado secularmente em um contexto cultural e político de reprodução do conhecimento.

No processo de legitimação de uma corrente epistemológica existe a consequência da supressão de outras epistemologias possíveis. Estudos de filosofia e sociologia da ciência atestam que não há epistemologias neutras (Japiassu 1975) e que é necessário voltar a atenção para as práticas de conhecimento que impactam no contexto social.

A partir deste direcionamento inicial, procura-se relacionar o impacto do colonialismo/colonialidade e do capitalismo frente à prática científica e a consolidação de suas teorias e projetos epistemológicos. Objetivando uma reflexão sobre o conceito de epistemicídio na Ciência da Informação, a pesquisa é caracterizada como exploratória e qualitativa. Na análise foi utilizado o procedimento hermenêutico-reflexivo visando desdobramentos crítico-epistemológicos do conceito de epistemicídio na Ciência da Informação.

Os argumentos principais da análise tomaram por base autores como Boaventura de Sousa Santos, no delineamento inicial do conceito de epistemicídio (Santos 1998), Achille Mbembe, nas práticas hostis de subjugar presentes, para além do biopoder, na noção de necropolítica (Mbembe 2016, 2018), Aníbal Quijano e Walter D. Mignolo, em estratégias decolonialistas (Quijano 1991; Mignolo 2017), Alfredo Bosi, nas representações simbólicas da dialética da colonização (Bosi 1992), Ramón Grosfoguel, na reflexão conclusiva sobre a relação do conceito de epistemicídio com os pensamentos contra-hegemônicos (Grosfoguel 2012).

A seguir, são apresentadas as principais problemáticas sobre a colonialidade na perspectiva da crítica epistemológica para que, na sequência, seja discutido o conceito de epistemicídio na literatura e os desafios para os estudos de informação.

TÔNICAS DE UMA PROBLEMÁTICA EPISTEMOLÓGICA: MODERNIDADE, COLONIALIDADE E VIOLÊNCIA DO PENSAMENTO

Na tentativa de compreender a questão epistemológica no contexto da modernidade, especialmente em suas ênfases de colonialidade e domínio do pensamento, há a necessidade de traçar um fio condutor de conceitos e suas relações. O ponto de partida situa-se na conceituação que Boaventura de Souza Santos faz em uma nota no

seu livro “*La Globalización del derecho: los nuevos caminos de la regulación y la emancipación*”. Nessa nota, Boaventura define termo epistemicídio da seguinte maneira:

El epistemicidio es el proceso político-cultural a través del cual se mata o destruye el conocimiento producido por grupos sociales subordinados, como vía para mantener o profundizar esa subordinación. Históricamente, el genocidio ha estado con frecuencia asociado al epistemicidio. Por ejemplo, en la expansión europea el epistemicidio (destrucción del conocimiento indígena) fue necesaria para 'justificar' el genocidio del que fueron víctimas los indígenas (Santos 1998, p. 208).

Há uma certa distância temporal entre a prática e o aparecimento dos termos e ainda mais recente seria essa associação entre os termos genocídio e epistemicídio da qual Boaventura se refere. Na verdade, é mais recente historicamente como termo cunhado por Raphael Lemkin, advogado originário da atual Belarus, em 1944. Seus esforços se deram frente às denúncias dos crimes do holocausto, que posteriormente geraram a Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio. Etimologicamente *Geno*, do grego, corresponde à família, tribo ou raça, e do latim, *cídio* morte, ou assassinato. Sayapin (2009) demonstra que Lemkin buscou denominar *genocídio* como o processo de desintegração política, social, cultural, econômica de instituições de um povo baseados em um conceito de nacionalidade.

A epistemologia, portanto, está ligada às instituições culturais, sociais e políticas de um povo. A ideia central aqui é de uma fundamentação conceitual da produção de conhecimento de povos indígenas e originários. Essa fundamentação pode ser constituída pela oralidade, pela prática, pela memória, que quanto menos possibilidades oferece de ser registrada, mais subjugada à violência do colonialismo se torna.

Outra convergência que pode ser feita, ainda de com os autores citados, encontra-se no aspecto de aniquilação pautado no que o filósofo camaronês Achille Mbembe chamou de “necropolítica” (Mbembe 2016), ou seja, na intenção genocida da dialética colonial. Referindo-se à hostilidade intrínseca desse processo, Mbembe diz, nesse sentido, que:

As guerras coloniais são concebidas como a expressão de uma hostilidade absoluta que coloca o conquistador face a um inimigo absoluto. Todas as manifestações de guerra e hostilidade marginalizadas pelo imaginário europeu encontraram a ocasião para reemergirem nas colônias (Mbembe 2018, p. 37).

No contraponto dessa afirmação, no sentido de trazer um aspecto aparentemente mais relacional, Alfredo Bosi sintetiza sua concepção de colonização: “[...] um processo

ao mesmo tempo material e simbólico: as práticas econômicas dos seus agentes estão vinculadas aos seus meios de sobrevivência, à sua memória, aos seus modos de representação de si e dos outros, enfim aos seus desejos e esperanças.” (Bosi 1992, p. 377). Para o autor, o entrelaçamento entre cultos, ideologias e práticas dão a condição colonial sua razão de ser. É a partir desse viés complexo que Bosi identifica a dialética da colonização como um processo: que este não termina no momento que se declara uma independência política.

Esse entrelaçamento simbólico e material, ligado às representações e às memórias, está relacionado diretamente aos saberes de um povo. O conhecimento desses povos subjugados concentra-se nessa amálgama de conflitos e recebe a hostilidade do processo aniquilador da colonização. Compreende-se, portanto, a relação de genocídio e epistemicídio quando se trata de povos que produzem conhecimento majoritariamente pela oralidade, como os povos indígenas do território brasileiro. A hostilidade que mata as expressões culturais, aprisiona, escraviza, ali também ameaça todo tipo de conhecimento, inviabilizando práticas informacionais de preservação e disseminação dos saberes.

Alguns dos debates recentes em torno da noção de colonialismo vêm sendo feitos por meio de uma abordagem pós-colonial, ou seja, da problemática de países declarados independentes que herdaram e reproduzem traços colonialistas em suas culturas e práticas simbólicas. Aníbal Quijano, sociólogo peruano, traz à tona o termo “colonialidade” como uma análise além das teorias pós-colonialistas. Denominados “descolonialistas” autores como Quijano e Walter D. Mignolo aprofundam a problemática da herança colonial nas relações de poder em países latino americanos e africanos.

Quijano deu um novo sentido ao legado do termo *colonialismo*, particularmente como foi conceituado durante a Guerra Fria junto com o conceito de 'descolonização' (e as lutas pela libertação na África e na Ásia). A colonialidade nomeia a lógica subjacente da fundação e do desdobramento da civilização ocidental desde o Renascimento até hoje, da qual colonialismos históricos têm sido uma dimensão constituinte, embora minimizada (Mignolo 2017, p. 2).

A tese central de Quijano (1991) argumenta que a modernidade se constituiu pelo advento histórico da colonização. As relações são intrínsecas e se dão em dois campos: do espaço e do tempo. A modernidade desvela-se como uma narrativa complexa que domina o espaço pela violência/hostilidade e a extração de riquezas. Essa expansão e dominação de fronteiras impulsionou revoluções científicas da Europa que proporcionou maior domínio sobre a natureza, não somente do território da metrópole, como também do território da colônia.

Seguindo o argumento dos autores, o tempo foi colonizado pelas narrativas históricas de origem europeia. A modernidade colonizou o tempo quando inventou a Idade Média e a Antiguidade, situando a Europa como central na concepção histórica de

revoluções e inovações. O ápice desse pensamento se dá com Hegel, em sua teoria da História, promulgando o idealismo alemão como tese central de sua época (transição do século XVIII para o XIX), narrando o Espírito do tempo (*Zeitgeist*) a partir do referencial europeu. O tempo (*Zeit*) é a expressão da Razão da História, esta, por sua vez, com um fim e um caminho racionalizável - que obviamente exclui outras narrativas e concepções de tempo.

Quijano (2009) traça um importante delimitador da perspectiva cognitiva da colonialidade ao dizer que o eurocentrismo se realiza não somente pela dominação do capitalismo moderno, mas também pelo conjunto de educandos sob a sua hegemonia. Hegemonia esta que para sobreviver e se reproduzir necessita de *naturalizar-se* na experiência dos indivíduos, ou seja, é dado como autoridade inquestionável às correntes de pensamento eurocêntricas.

O espectro de ação da naturalização de um pensamento dominante são se limita às colônias ou ex-colônias: se reproduzem no mundo globalizado, de imigrantes que aprendem o modo de pensar o mundo europeu ou norte-americano em sua terra natal, perpetuando-o quando migram para o norte do mapa geográfico - que também foi desenhado por europeus. A autoridade, os paradigmas, as correntes filosóficas e científicas europeias adquirem então, formas solidificadas de dominação política, cultural e epistêmica.

A modernidade como um projeto pautado na prática da colonização é uma teoria que ajuda a entender as consequências e as reproduções de fenômenos sociais além de questões pontuais sobre a pretensa solidificação do chamado “projeto de modernidade” (Maldonado-Torres 2009). Nesse aspecto, o autor disserta sobre a engenhosidade do projeto moderno da seguinte maneira:

O que o conceito de modernidade faz é esconder, de forma engenhosa, a importância que a espacialidade tem para a produção deste discurso. É por isso que, na maioria das vezes, aqueles que adotam o discurso da modernidade tendem a adotar uma perspectiva universalista que elimina a importância da localização geopolítica. Para muitos, a fuga ao legado da colonização e da dependência é facultada pela modernidade, como se a modernidade enquanto tal não tivesse estado intrinsecamente associada à experiência colonial (Maldonado-Torres 2009, p. 351).

Há de se salientar que as relações de dominação não se dão de forma passiva. A hostilidade, citada acima por Achille Mbembe, é gerada por uma reação antitética à violência aniquiladora do colonizador. Trata-se, portanto, de identificar essa reação como resistência ou resistente. O contexto geopolítico influencia diretamente a epistemologia e a concepção dos campos científicos de um país. Essa correlação de nacionalidade e originalidade de pensamento é justamente a base da crítica de Boaventura de Souza Santos (2009) quando se refere ao conceito de epistemicídio. O conhecimento aniquilado, ou ameaçado de desaparecer, é aquele que está

configurado em diferentes moldes do pensamento vigente, do pensamento de formação nas universidades, até aquele considerado por “autoridades” como correto e aceitável.

O DISCURSO UNIVERSAL E OS DESAFIOS PARA OS ESTUDOS DE INFORMAÇÃO

O discurso da universalidade traz uma falsa impressão de cooperação mútua de conhecimento e aculturações de diálogos em equidade; todavia, o universalismo do discurso se dá pela dominação colonial que, de forma hostil, forçou a legitimação do pensamento eurocêntrico. O campo simbólico foi sendo dominado e o mesmo ocorreu com uma agenda de reprodução e formação dessa fundamentação universalista que, no decorrer dos séculos, consolidou-se como verdade - mesmo essencialmente ligada à máxima do *sapere aude*, ainda sobrevive neste espírito iluminista.

Essa reação do colonizado está sempre existente no processo colonial (daí sua característica dialética) e ecoa sobre a vertente da crítica descolonial que, de acordo com Mignolo (2017), define-se:

O pensamento descolonial e as opções descoloniais (isto é, pensar descolonialmente) são nada menos que um inexorável esforço analítico para entender, com o intuito de superar, a lógica da colonialidade por trás da retórica da modernidade, a estrutura de administração e controle surgida a partir da transformação da economia do Atlântico e o salto de conhecimento ocorrido tanto na história interna da Europa como entre a Europa e as suas colônias. Nós, estudiosos e pensadores descoloniais, podemos contribuir não ao relatar para os estudiosos, intelectuais e líderes indígenas qual é o problema, porque eles o conhecem melhor que nós, mas ao agir no domínio hegemônico da academia, onde a ideia de natureza como algo fora dos seres humanos foi consolidada e persiste. Descolonizar o conhecimento consiste exatamente nesse tipo de pesquisa. O próximo passo seria construir opções descoloniais nas ruínas do conhecimento imperial (Mignolo 2017, p. 9).

A identificação da retórica epistemológica da modernidade pelos teóricos descolonialistas mostra um outro ponto de vista possível sobre a epistemologia e seus desafios. O fazer científico e o conhecimento são pensados levando em consideração a geopolítica, os conflitos culturais e sociais que, por sua vez, levam os pesquisadores a procurarem por epistemologias alternativas. Não há a intenção de um idealismo descolonial de encontrar soluções como novos paradigmas ou em absorver conhecimentos de outros povos criando paralelos relativistas, mas de questionar a descontextualização de outros saberes e a marginalização de pensamentos não originários de países que lideram a competição informacional na geopolítica atual.

A missão colonizadora, por sua vez, foi epistemicida, como atesta Santos (2009), suprimindo conhecimentos locais, seja por catequização, escravidão ou tentativas recorrentes de genocídio. O autor chama atenção para a importância da institucionalidade da ciência, ou seja, as universidades, centros de investigação, pareceres técnicos, ambientes de experimentação coordenados por peritos, que são aparatos sociais e se materializam como instituições. A influência dessas instituições (história, função e missão) é essencial para se pautar a crítica epistemológica. Santos (2006) propõe as *epistemologias do sul* (epistemologia pós-abissal) como resposta à relação de saber-poder desigual que conduziu o suprimento ou marginalização de outras formas de saber. Propõe também um modelo de diálogo horizontal entre os conhecimentos que denomina *ecologia dos saberes*. Cabe aqui, portanto, a pergunta sobre de que saberes falamos, de quais culturas e povos são estes saberes referência e qual historicidade está sendo seguida.

A crítica descolonial permite direcionar o olhar para contextos geopolíticos específicos de ciências específicas, tal qual a Ciência da Informação no Brasil. Ao se pensar a epistemologia da Ciência da Informação e sua história de construção como ciência, a partir dos questionamentos dos autores citados nesse artigo, é possível dissertar brevemente sobre a presença do tema na área e seus possíveis caminhos a serem traçados.

Levando em consideração a presença do tema na área, verifica-se que a Ciência da Informação é historicamente recente e que suas origens datam da segunda metade dos anos 40 do século XX. No contexto do proeminente pós-guerra, avanços tecnológicos nas telecomunicações, importância da informação científica reiterada pelo seminal artigo de Bush (1945), teorias da informação como fundamento da Ciência da Informação de Belkin (1978), proposta do paradigma pós-moderno de Wersig (1993), ou mesmo teorias mais recentes como a abordagem da filosofia da informação de Frohmann (2004) formam um escopo teórico que converge para o norte ocidental do mundo. Desde os paradigmas até as teorias que fundamentam a Ciência da Informação são majoritariamente europeias ou norte-americanas.

Diante desse contexto paradigmático e teórico é possível retomar o seguinte questionamento de Bosi (1992, p. 363): “[...] subsistirá uma diferença específica no modo de atuação das ideias quando se desenvolvem em contexto colonizado?” Essa diferença é interessante, pois se liga diretamente ao “modo de atuação das ideias” (Bosi 1992) que, por sua vez, pode colaborar para novas frentes de pesquisa que direcionam suas questões para o contexto atual da realidade informacional.

Dessa maneira, a atualidade da discussão descolonial também influenciou temas da pesquisa em Ciência da Informação. No contexto da literatura especializada, surgem termos como *descolonización*, colonialidade, colonialismo, pós-colonial e decolonial (García Gutiérrez 2013; Brito 2019; Lafuente 2013; Lima 2019). O termo “colonização”, por exemplo, aparece relacionado a temas como racismo, colônias do sul do Brasil e romance histórico da América hispânica.

A alternativa subalterna constrói o conhecimento contra-hegemônico (Grosfoguel, 2009), estabelecendo um compromisso ético-político que elabora o conhecimento na perspectiva dos povos, gêneros, raças e culturas que o sujeito colonizado foi submetido, não ignorando a identidade dos povos colonizadores: desvela seus interesses e perspectivas dentro de uma cosmovisão dominante.

O desafio dos estudos em Informação que reiteramos situa-se na tarefa de desenvolvermos um caminho epistemológico que sobretudo, questione os fundamentos da área da Ciência da Informação, não somente no ponto de vista formal, como também em seu discurso e nos sujeitos que pesquisam. Também não se trata de uma negação completa do pensamento hegemônico, mas de “conservar ao mesmo tempo em que se supera”, através do processo dialógico, uma epistemologia que emergja da realidade do objeto pesquisado e não somente seja uma releitura de teorias nascidas de epistemologias hegemônicas.

Como dissemos acima, é notável a crescente corrente de autores e autoras da Ciência da Informação que se debruçam nos desafios informacionais levando em consideração a diversidade de pensamentos e saberes questionando a reprodução de formas de opressão herdadas do período colonial. Dessa forma, através deste processo questionador, poderemos imaginar múltiplas Epistemologias do Sul para a Ciência da Informação? Considerando os saberes fora da academia, as memórias e saberes locais, quais possibilidades de visões de mundo podem abrir-se para a área, além de uma atualização necessária do debate descolonial? Temos uma via para uma Ciência da Informação descolonial, sobretudo em sua prática científica?

CONCLUSÕES

A importância do pensamento pós-colonial, decolonial e descolonial, bem como o conceito de epistemicídio, direciona o olhar crítico para a realidade e história do Brasil, um país que se configurou sob o colonialismo e ainda carrega problemáticas da colonialidade. Seja no campo social, cultural ou científico, a colonialidade do poder é presente na prática científica e na constituição epistêmica das ciências do Sul. A atenção dada a contextualização geopolítica das relações simbólicas e de poder são a maior contribuição das reflexões de Boaventura Souza Santos (1995, 1998, 2006, 2009), Quijano (2000, 2009) e Mignolo (2017). No contexto brasileiro, como podemos repensar as epistemologias frente às necessidades e realidades informacionais do país? Os desafios conceituais, de constituição paradigmática direcionados sob o prisma decolonial, pode abrir novos caminhos e possibilidades? Novas questões, reformulações destas ou até mesmo soluções?

A dialética de dominação (ou de colonização) é presente também no processo de pesquisa, no olhar objetivador do pesquisador que recorta uma realidade à revelia de métodos e reescreve a interpretação à guisa de parâmetros pré-moldados. O outro extremo, da relativização aberta, também possui falhas.

O que seria uma solução à primeira vista, uma forma de integração dessas visões ou reformas de adequação, também se mostrou insuficiente – como, por exemplo, a Teoria da Dependência, da qual Bosi (1992) identifica como crise na entrada dos anos 70 do século XX. O que une essas visões epistemológicas é a realidade do seu campo de ação, do qual situam tanto sujeitos pesquisadores e objetos pesquisados. Tal realidade relatada e criticada pelos teóricos pós-coloniais converge no Brasil, a ex-colônia política, ainda presente colonizada simbólica e epistemicamente.

Alfredo Bosi (1992), identificou no processo de pesquisa traços da relação de poder ideológico que dita a condução da pesquisa:

Quanto ao uso da vida simbólica do povo fazem os pesquisadores universitários e os meios de massa à cata de assunto, diz respeito, em primeiro lugar, aos próprios vaivéns ideológicos da cultura dominante. Esta pretende dar sentidos aos seus objetos. É forçosamente a cultura dominante que faz leituras, ora redutoras, ora abertas, da vida popular (Bosi 1992, p. 374).

Na esfera estrutural da ciência ocidental o epistemicídio pode ser identificado em muitas vertentes e pensamentos que, pela tradição científica, são incompatíveis. A relação sujeito-objeto na pesquisa a que Bosi se refere, sofre essa condição impositiva, objetivadora e reducionista. É um problema que atinge a prática científica no seu micro e macro campo de atuação e produção.

Portanto, diante da complexidade e urgência de compreender o conceito de epistemicídio e seu alcance nos estudos de informação, a Ciência da Informação tem a possibilidade de voltar-se para a sua constituição epistemológica e refazer as questões que lhe afetam sob outro prisma. Quais relações com os fenômenos sociais e informacionais estudados pela Ciência da Informação podem emergir a partir de uma perspectiva descolonial? Como buscar métodos não reducionistas - ou demasiadamente abertos - para aprofundar os desafios que a Ciência da Informação enfrenta?

Essa discussão mostra um campo novo de pesquisa e questionamento que pode trazer resultados e abordagens inovadoras e frutíferas para o avanço da área da Ciência da Informação, dando atenção aos atores e personagens dos fenômenos que a ciência se debruça a conhecer, especialmente suas práticas epistêmicas e informacionais.

REFERÊNCIAS

BELKIN, N. J, 1978. Information concepts for information science. *Journal of Documentation*. 1978. Vol. 14, n.1, p.55-85, mar. 1978. [Acesso em: 27 maio 2021]. Disponível em: <https://www.emeraldinsight.com/doi/pdfplus/10.1108/eb026653>

BOSI, Alfredo, 1992. *Dialética da colonização*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.

BRITO, Rosaly de Seixas, ESTEVES, Lorena Cruz, VENTURA, Jússia Carvalho da Silva, 2019. Mulheres negras não foram feitas para carregar livros: tensionamento e resposta social em rede na Feira Pan-amazônica do Livro no Pará. *Logeion: filosofia da informação*, 2019, v. 6, n. 1, p. 106-125. [Acesso em 27 maio 2021]. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/122030>.

BUSH, Vannevar, 1945. As we may think. *The Atlantic*, 1945, v. 176, n. 1, p.101-108. [Acesso em 27 maio 2021]. Disponível em: <http://www.theatlantic.com/unbound/flashbks/computer/bushf.htm>

CAPURRO, Rafael, HJØRLAND, Birger, 2007. O conceito de informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, vol. 12, no. 1, p. 148-207, 2007. [Acesso em 27 maio 2021]. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pci/v12n1/11.pdf>.

CARNEIRO, Sueli, 2006. *A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser*. Tese (Doutorado em Educação). São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, FEUSP. [Acesso em 27 maio 2021]. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001465832>.

FANON, Frantz, 2002. *Os condenados da Terra*. Minas Gerais: Editora UFJF.

FROHMANN, Bernd, 2004. Documentation redux: prolegomenon to (another) philosophy of information. *Library Trends*. 2004. vol. 52, no. 3, p. 387-407. [Acesso em 27 maio 2021]. Disponível em: <https://www.ideals.illinois.edu/bitstream/handle/2142/1683/Frohmann387407.pdf?sequence=2&isAllowed=y>.

GROSGOUEL, Ramón, 2021. Decolonizing western universalisms: decolonial pluriversalism from Aimé Césaire to the Zapatistas. *Transmodernity: Journal of Peripheral Cultural Production of the Luso-Hispanic World*. 2021. vol. 1, no. 3, p. 88-104. [Acesso em 27 maio 2021]. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/01w7163v>.

GUTIÉRREZ, Antonio GARCIA, 2013. La organización del conocimiento desde la perspectiva poscolonial. Itinerarios de la paraconsistencia. Knowledge Organization from a Postcolonial Perspective. Paraconsistency Routes. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 2013. vol. 18, no. 4, p. 93-111. [Acesso em 27 maio 2021]. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/36573>.

HJØRLAND, Birger, 2005. Empiricism, rationalism and positivism in library and information science. *Journal of Documentation*. 2005. vol. 61, no. 1, p. 130-155. [Acesso em 27 maio 2021]. Disponível em: <https://www.emeraldinsight.com/doi/pdfplus/10.1108/00220410510578050>.

ISHAY, Micheline R, 2008. *The History of Human Rights: From Ancient Times to the Globalization Era*, Berkeley (CA): University of California Press.

JAPIASSU, Hilton, 1975. *O mito da neutralidade científica*. Rio de Janeiro, RJ: Imago.

LAFUENTE, Silvia, 2013. España e Hispanoamérica: crónica de un conflicto lingüístico. *Boletín del Instituto de Investigaciones Bibliográficas (México)*, vol. XVIII, no. 1, , 2013. [Acesso em 27 maio 2021]. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/820>.

LE COADIC, Yves-François, 2004. *A Ciência da Informação*. Brasília, DF: Briquet de Lemos.

LEMKIN, Raphael, 1933. Les actes constituant un danger general (interétatique) consideres comme delites des droit des gens. *Paris: Librairie de la cour d'appel ed de l'order de advocates*, 1933. [Acesso em 27 maio 2021]. Disponível em: <http://www.preventgenocide.org/fr/lemkin/madrid1933.htm>.

LEMKIN, Raphael. Axis Rule in Occupied Europe: Laws of Occupation - Analysis of Government - Proposals for Redress. *Washington, D.C.: Carnegie Endowment for International Peace*. 1944. p. 79 – 95. [Acesso em 27 maio 2021]. Disponível em: <http://www.preventgenocide.org/lemkin/AxisRule1944-1.htm>.

LIMA, Graziela dos Santos, ALMEIDA, Carlos Cândido de, 2019. Perspectiva pós-colonial e decolonial no campo da organização do conhecimento: reflexões para a construção de socs multiculturais. 2019. *ISKO Brasil*, vol. 6, p. 524-530. [Acesso em 27 maio 2021]. Disponível em <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/125408>.

MBEMBE, Achille, 2016. Necropolítica. *Arte e Ensaios*. 2016. no. 32, p. 123-151. [Acesso em 27 maio 2021]. Disponível em: <https://revistas.ufri.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>.

MBEMBE, Achille, 2018. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo, SP: N-1 edições.

MIGNOLO, Walter D, 2017. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. 2017. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 32, no. 94, p. 1-18. [Acesso em 27 maio 2021]. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/?format=pdf&lang=pt>

QUIJANO, Aníbal, 2000. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. Em: LANDER, Edgardo (Comp.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000. p. 117-142 [Acesso em 27 maio 2021]. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf.

QUIJANO, Aníbal, 2009. Colonialidade do Poder e Classificação Social. Em: B. S. Santos & M. P. Meneses (orgs.), *Epistemologias do sul*. Coimbra, Almedina p.73-117.

SALDANHA, Gustavo Silva, 2018. Epistemologia crítica e social da Ciência da Informação: 50 anos de uma escola dialética. Em: *Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*. Londrina, PR: Ancib, 2018. [Acesso em 27 maio 2021]. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/12468>.

SANTOS, Boaventura de Sousa, 1995. *Toward a New Common Sense: Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition*. Nova Iorque: routledge, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa, 1998. *La Globalización del derecho: los nuevos caminos de la regulación y la emancipación*. Bogotá, Colombia: IISA; Universidad Nacional de Colombia. [Acesso em 27 maio 2021]. Disponível em: http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/La_globalizacion_del_derecho_Los_nuevos_caminos_de_la_regulacion_y_la_emancipacion.pdf.

SANTOS, Boaventura de Sousa, 2006. *A Gramática do Tempo*. Porto: Edições Afrontamento.

SANTOS, Boaventura de Sousa, MENESES, Maria Paula (orgs.), 2009. *Epistemologias do sul*. Coimbra, Almedina.

SARACEVIC, Tefko, 1996. Ciência da informação: origem, evolução e relações. *Perspectivas em ciência da informação*, p. 41-62, jan./jun. 1996. [Acesso em 27 maio 2021]. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235>.

SAYAPIN, Sergey. Raphael Lemkin: A Tribute. *European Journal of International Law*. 20, 2009. [Acesso em 27 maio 2021]. Disponível em: <https://academic.oup.com/ejil/article/20/4/1157/530773#>.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da, PIZARRO, Daniela Câmara, SALDANHA, Gustavo Silva, 2017. As temáticas africana e afro-brasileira em biblioteconomia e Ciência Da Informação. Em: *Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*, n. XVIII ENANCIB, 2017. [Acesso em 27 maio 2021]. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/104859>.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da, LIMA, Graziela dos Santos (org.), 2018. *Bibliotecári@s Negr@s: ação, pesquisa e atuação política*. Florianópolis, SC, Associação Catarinense de Bibliotecários, 2018.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da, SALDANHA, Gustavo Silva, PIZARRO, Daniela Câmara, 2018b. A Branquitude nas Práticas docentes em Biblioteconomia e Ciência da Informação: notas teórico-críticas sobre um ensino que promove o preconceito racial. *Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*, n. XIX ENANCIB, 2018b. [Acesso em 27 maio 2021]. <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/102318>.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da, SALDANHA, Gustavo Silva, 2019. BIBLIOTECONOMIA NEGRA BRASILEIRA: caminhos, lutas e transformação. *Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*, n. XX ENANCIB, 2019. [Acesso em 27 maio 2021]. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/122306>.

SLOTERDIJK, P, 2002. *Se a Europa Despertar*, Tradução José Oscar de Almeida Marques. São Paulo, SP: Estação Liberdade.

WERSIG, Gernot, 1993. Information Science: the study of postmodern knowledge usage. *Information Processing & Management*, vol. 29, no. 2, p.229-239, 1993. [Acesso em 27 maio 2021]. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/030645739390006Y>.